



UMA MENSAGEM CRIPTOGRAFADA PELOS ANCESTRAIS DO POVO SERGIPANO

Marcos Silva*

Universidade Federal de Sergipe – UFS

silva.marcos@uol.com.br

Isis Carolina Garcia Bispo**

Universidade Federal de Sergipe – UFS

isisgarciaufs@yahoo.com.br

RESUMO: A presença de cristãos-novos judaizantes, durante o período colonial, nas capitanias do Nordeste recifense e na Bahia é um fenômeno reconhecido na historiografia brasileira. No entanto, os poucos estudos sobre o assunto que analisam os cristãos-novos de Sergipe del Rey não indicam a prática do criptojudaísmo entre sua população. Seria o território de Sergipe, neste particular, exceção dentro da história nordestina? Assim, o artigo procura demonstrar a presença de práticas judaizantes em Sergipe desde a época colonial. Para tanto, analisa a história da localidade sergipana de Cedro de São João e interpreta algumas práticas culturais de seu povo como indícios de que esta população possui como ancestrais remotos cristãos-novos que, em parte, se dedicavam a práticas criptojudaicas.

PALAVRAS-CHAVE: Criptojudaísmo – Cultura Cristã-nova – História de Sergipe – Cigano.

ABSTRACT: The presence of Crypto-Jewish during the colonial period in the Northeast Recifense and Bahia is a recognized phenomenon in Brazilian historiography. However, the few studies that examine the issue of the crypto-Jewish in Sergipe del Rey does not indicates the practice of crypto-jewish among its population. It would be the territory of Sergipe, in particular, an exception in the story of the Northeastern? Thus, the article seeks to demonstrate the presence of jewish practices in Sergipe since colonial times. To this end, reviews the history of the town Cedro de São João and interprets some cultural practices of their people as evidence that this population has as crypto-jews remote ancestors, that, in part, were dedicated to practices crypto-jewish.

KEYWORDS: Crypto-Jewish – New Christian Culture – History of Sergipe – Gypsy.

INTRODUÇÃO

* Professor adjunto no Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe.

** Acadêmica do Curso de História da Universidade Federal de Sergipe e bolsista de Iniciação Científica – CNPq.

A história dos municípios de Sergipe tem sido construída a partir da memória de seus moradores mais antigos e historiadores diletantes locais. Um repositório típico deste tipo de historiografia é o volume publicado pelo jornal local, CIFORM, **História dos Municípios**, em 2002.¹

Sendo assim, o campo de trabalho para o historiador profissional se afigura vasto e incorpora o compromisso primário de desfazer alguns equívocos que se consolidaram ao longo das décadas e têm sido retransmitidos através da tradição oral como verdadeiro senso comum.

Apesar de não negar a validade da memória dos antepassados, rica fonte para a construção do passado de pequenas comunidades, o historiador tem a obrigação de saber discernir verdadeiros mitos sobre a história de algumas localidades que se perpetuam pela repetição impensada de populares.

Na história de Sergipe um exemplo significativo deste tipo de historiografia do senso comum é a tradicional versão que tem sido transmitida sobre as origens do município de Cedro de São João, localizado na região do baixo São Francisco, a 94 quilômetros da capital do Estado. Em pesquisa de campo, realizada com o intuito de estabelecer a origem étnico-cultural do município, foi possível comprovar que as mesmas explicações são repetidas, com pequenas variações, pelos diversos interlocutores. No entanto, uma análise histórica mais acurada revela dissonâncias no discurso mantido ao longo dos tempos.

A CONTROVERSA ORIGEM DA POPULAÇÃO DE CEDRO DE SÃO JOÃO

De um modo geral, as versões que têm prevalecido sobre a origem remota de Cedro de São João sustentam que os seus primeiros fundadores foram ciganos que se fixaram na região após o final do domínio holandês no Nordeste. Oriundos das Minas Gerais aí iniciaram uma povoação com o intuito de praticar a pecuária. A origem do povoamento também é atribuída a Antônio Nunes que, no início do século XIX, fundou a fazenda Cedro na região. Assim, devido à abundância da madeira de Cedro e à devoção deste pioneiro a São João Batista, o povoado passou com o tempo a chamar-se “Cedro de São João”.

¹ CIFORM MUNICÍPIOS. **História dos Municípios**, Junho de 2002. Edição Histórica.

Logo de início, é possível verificar uma lacuna muito grande entre a possibilidade de povoamento por parte dos ciganos, a partir de meados do século XVII, para o início do século XIX, época do estabelecimento da família Nunes na região.

Ora, o testemunho de Luís da Câmara Cascudo, que descreve a extensão do domínio holandês no Nordeste, não deixa dúvida de que a região já se apresentava como “terra de gado” nas primeiras décadas do século XVII. O ponto de referência principal seria o “Forte Maurício”, edificado em Penedo, Alagoas, no ano de 1637, demarcando o rio São Francisco como limite sul do domínio holandês no Brasil. A praça permaneceu batava até 1645.

Assim, entre o domínio luso e a posse dos holandeses se localizava Sergipe del Rey, verdadeiro território tampão, passível de sofrer as incursões das tropas dos dois colonizadores europeus. Os dois lados adotaram a tática da terra arrasada, pois “era preciso criar uma zona árida, incapaz de sustentar tropa militar”.² Nesta disputa, São Cristóvão, sede da capitania, chegou a ser saqueada pelas tropas de Maurício de Nassau. Na época da invasão, “Sergipe contava quatrocentos currais, oito engenhos de açúcar. A sede tinha cem fogos, uma Casa de Misericórdia e dois conventos”.³

Apesar da incursão holandesa sobre o território sergipano não ter prosperado, Luís da Câmara Cascudo registra que “algum holandês aparece para plantar e colher, tratar de bois e vacas, ao longo do litoral sergipano, e mesmo subindo a corrente do S. Francisco”.⁴ O mapa de Jorge Marcgrave (1610-1644), onde apresenta o conhecimento geográfico dos holandeses sobre o Brasil, identifica os seguintes topônimos: Curral das Pedras (Gararu), e Purupii, um grande lago, que na interpretação de Cascudo é a lagoa do Cedro, em Propriá.

A descrição de Câmara Cascudo da história dos holandeses em Sergipe reforça uma outra versão para a história de Cedro de São João. Esta outra explicação foi apresentada pelo antropólogo Felte Bezerra em **Etnias Sergipanas: Contribuição ao seu estudo**.

A nosso ver, algum resíduo de sangue ‘flamengo’ que se encontre em Sergipe estará, antes de tudo, na margem franciscana ou, mui salpicadamente, em outros pontos do interior do Estado. O reduto de

² CASCUDO, Luís da Câmara. **Geografia do Brasil Holandês**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1956, p. 134-135.

³ Ibid., p. 135.

⁴ Ibid.

alourados de Cedro (chamam hoje Darcilena), que é particularmente notável, contém uns tipos braquicéfalos, de olhos azuis ou esverdeados, que praticam quase que verdadeira endogamia e gozam a fama de uma origem cigana. Ali talvez haja, mesmo, resíduo judaico, de mistura com esses alourados, quer portugueses, quer flamengos. Entre eles há homens de compleição forte e avermelhados, embora de estatura média ou mesmo baixa, em muitos casos. As mulheres são prolíferas. Há um grande número de crianças em Cedro. O povo é longevo; lá é fácil atingir os 80 anos e até mesmo os 100⁵.

Mais adiante o antropólogo explicita melhor a realidade dos fatos:

Há uma forma lendária pela qual costumam explicar a origem dos cedreiros. Fora um grupo de CIGANOS (?) que se refugiara a princípio em uma das ilhas do São Francisco, naquelas proximidades, de onde se teriam dirigido para o município do Cedro. Alguns, que indicam a ilha fluvial como sendo a Ilha do Ouro, próximo à cidade de Porto da Folha, querem assim estender a mesma origem para os habitantes alourados desta última cidade. Não parece, contudo, que o episódio, se porventura verídico, deva ser generalizado. A designação de CIGANO, entre nós, tem mais um sentido cultural do que étnico, traduz vida nômade e sustentada por trocas e barganhas. Terá, por ventura, nos tempos coloniais, tido outra significação? A propósito, no Livro das Denúncias de D. MARCOS TEIXEIRA está citada uma Joana Ribeiro, a CIGANA, moradora em Sergipe del Rei, que é apontada como israelita.⁶

Esta população de Cedro, conforme Felte Bezerra, teria chegado à região como fugitivos da Companhia das Índias Ocidentais, vindos de Pernambuco. Além disso, é possível identificar “por vaga suspeita de nomes”⁷ as famílias Aguiar, Nunes, Ferreira, Azevedo, Figueiredo como de origem ancestral judaica-holandesa em Sergipe.⁸

Esta dificuldade de reconhecer a origem cristã-nova dos ancestrais da comunidade de Cedro de São João tem um componente interessante porque identifica no grupo dos ciganos seus antepassados remotos, ao contrário de determinadas regiões do Nordeste recifense e da Bahia que admitem com facilidade sua origem cristã-nova. De qualquer forma, trata-se de dois grupos étnicos que sofreram um processo histórico

⁵ BEZERRA, Felte. **Etnias Sergipanas**: Contribuição ao seu Estudo. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 1984, p. 85.

⁶ Ibid., p. 86.

⁷ Ibid., p. 90.

⁸ Em seu livro **A Inquisição em Sergipe** o antropólogo Luiz R. B. Mott critica Felte Bezerra porque o mesmo afirma que ‘Não foram encontradas famílias sergipanas de comprovada ascendência israelita’, porém nos parece que a identificação destes elementos por parte de Felte Bezerra, se não foram por ele considerados suficientes para tal conclusão, efetivamente comprovam o criptojudaísmo de significativa parcela de seus moradores.

de marginalização social, sendo sentenciados ao “degredo” de Portugal para as Ilhas do Atlântico, Brasil e África durante a Idade Moderna.

Assim, é possível encontrar relatos da presença de ciganos na América portuguesa desde o século XVI. Mas, nas **Confissões da Bahia**, texto que reúne os depoimentos dos colonos prestados ao Santo Ofício da Inquisição por ocasião da visitação de Heitor Furtado de Mendonça à Bahia, a partir de 1591, duas ciganas que depuseram perante a Inquisição, Brianda Fernandes e Maria Fernandes se declararam “cristãs-velhas” e a cigana Apolônia de Bustamante, apesar de assim não se declarar, admitiu práticas católicas, sendo o pecado confessado por todas elas, o da blasfêmia⁹.

No entanto, o Nordeste brasileiro destacou-se como importante palco do desenrolar de uma epopéia subterrânea, a história dos cristãos-novos que desenvolveram estratégias para manter na clandestinidade sua identidade judaica. Algumas práticas e costumes característicos do criptojudaísmo ajudaram a consolidar a cultura popular no Nordeste brasileiro e uma cosmovisão ou universo simbólico peculiar se formou na região. Um olhar atento para a cultura popular do interior do Nordeste brasileiro é capaz de revelar uma influência constituinte da cultura cristã-nova e sua religiosidade praticada às escondidas. Seria o território de Sergipe del Rey exceção dentro da história nordestina?

Porque se ignora o fato de que nas origens da população de Cedro de São João se encontra o sangue dos Cristãos-novos? Um caso precedente deste tipo de comportamento foi identificado por Mark Mazower quando pesquisou sobre a história da comunidade judaica de Salônica, na Grécia, antiga região pertencente ao Império Turco Otomano.

A partir da expulsão dos judeus da Espanha em 1492, grande número de Sefarditas se refugiou nos domínios Otomanos, sendo que um dos pontos principais de acolhida dos judeus foi o porto de Salônica, território europeu do Império Otomano. Em 1520, cerca de 15 mil habitantes desta cidade do Mediterrâneo Oriental eram judeus¹⁰.

No entanto, ao estudar a história de Salônica, Mark Mazower constatou que a historiografia grega sobre a cidade quase não fazia referência à importância do elemento

⁹ VAINFAS, Ronaldo. (Org.). **Confissões da Bahia**: santo ofício da inquisição de Lisboa. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. (Retratos do Brasil).

¹⁰ MAZOWER, Mark. **Salônica**: Cidade de fantasmas. Cristãos, muçulmanos e judeus, 1430-1950. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

judaico na sua história. Segundo Mark Mazower o tema era considerado tabu e refletia uma ideologia exclusivista da burguesia grega.

Analogamente, pode-se pensar que o fato de se procurar escamotear a origem cristã-nova dos cedrenses se deve à mentalidade católica conservadora predominante em Sergipe.

Porém, a documentação do período colonial sobre a Inquisição revela a presença dos cristãos-novos entre os habitantes de Sergipe del Rey. Com base nos inventários dos bens confiscados pela Inquisição na América portuguesa, Flávio Mendes Carvalho e Anita Novinsky, calcularam que do patrimônio de cristãos-novos residentes em Sergipe del Rey foram confiscadas 1.044 gramas de ouro, no período entre 1704 a 1761. A menor quantia entre as oito capitanias estudadas, mas, em relação ao tamanho da capitania não deixa de ser um volume significativo e, sobretudo, documenta a presença do elemento judaico em Sergipe.¹¹

Também os processos inquisitoriais são capazes de gerar uma lista de nomes de cristãos-novos, relacionados com Sergipe del Rey, que foram processados por diferentes motivos pelo Tribunal do Santo Ofício¹². É possível encontrar pelo menos uma dezena de cristãos-novos “sergipanos” nos registros da inquisição, com destaque para Diogo Lopes Ulhoa¹³ e Diogo Vaz. O primeiro acompanhou Cristovão de Barros na campanha de 1590, recebeu sesmaria em Sergipe no ano de 1602¹⁴ e foi acusado, durante a primeira visitação do Santo Ofício à Bahia, de utilizar sua casa para “fazer esnoga”. O segundo, residente em Sergipe, também judaizante, foi aprisionado em 11 de Dezembro de 1667, “compareceu ao auto-de-fé de 31 de março de 1669, onde lhe ordenaram abjurar *de Levi*, sendo condenado de três a nove meses de prisão. A 14 de abril foi solto e teve a licença de escolher sua própria residência, mas não de sair do país”.¹⁵

¹¹ NOVINSKY, Anita. Marranos e a Inquisição: Sobre a rota do ouro em Minas Gerais. In: GRINBERG, Keila. (Org.). **Os Judeus no Brasil**: Inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

¹² MOTT, Luiz Roberto de Barros. **A Inquisição em Sergipe**: do século XVI ao XIX. Aracaju: Sercore Artes Gráficas, 1989.

¹³ Diogo Lopes é um nome que aparece com relativa frequência nas listas de cristãos-novos perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício. Para o final do século XVI, Anita Novinsky menciona pelo menos dois homônimos. E para os séculos XVII e XVIII, em seu “Gabinete de Investigação: uma ‘caça aos judeus’ sem precedentes”, ela arrola pelo menos cinco pessoas com o nome Diogo Lopes.

¹⁴ FREIRE, Felisbela. **História de Sergipe**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

¹⁵ WIZNITZER, Arnold. **Os Judeus no Brasil Colonial**. São Paulo: Pioneira, 1966, p. 128.

Além destes, destaca-se a família de origem cristã-nova Leão, cujo mais proeminente membro em Sergipe foi Baltazar Leão, colaborador de Cristovão de Barros na conquista da capitania¹⁶. Outros cristãos-novos que podem ser mencionados em Sergipe são: Enrique Fernandes Mendes e Antônio Fonseca, condenados a usar o sambenito, Pero Fernandes, Pedro de Vila Nova e Antonio Moniz de Lisboa, que recebeu sesmaria em 1623, sendo que sua mulher, Branca da Costa, também foi reconhecida como cristã-nova. De um modo geral, distinguiram-se as famílias Leão, Homem e Lopes¹⁷.

Ora, Paulo Valadares menciona a persistência de práticas judaizantes no interior sergipano:

No distante e minúsculo povoado sergipano de Samambaia, em Tobias Barreto, até a década de sessenta do século passado, havia dois cemitérios, um na área urbana para os católicos e outro no ermo, chamado do Sítio, para os acatólicos, onde foram sepultados descendentes de cristãos-novos que recusavam os ritos católicos e presbiterianos.¹⁸

A comprovação histórica desta origem judaica da população de várias localidades sergipanas, no caso específico de Cedro de São João, pode ser feita recorrendo-se à idéia das “longuíssimas continuidades culturais”.¹⁹ A hipótese defendida neste trabalho é que comprova-se esta origem étnico-cultural através das reminiscências da cultura ancestral percebidas no cotidiano da atual população cedrense.

O dicionário Houaiss da língua portuguesa define reminiscência como: imagem lembrada do passado; o que se conserva na memória; lembrança vaga ou incompleta; sinal ou fragmento que resta de algo extinto²⁰. Em função disto, os indícios colhidos em pesquisa de campo na Cidade de Cedro de São João são consistentes com a idéia de que a sua população é de origem étnico-cultural

¹⁶ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial I**. 2 ed. São Cristóvão/Aracaju: UFS/ Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

¹⁷ CALMON, Pedro. **Historia da casa da torre**: Uma dinastia de pioneiros. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1939.

¹⁸ VALADARES, Paulo. **A Presença Oculta**: Genealogia, Identidade e Cultura Cristã-Nova Brasileira nos Séculos XIX e XX. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2007, p. 240.

¹⁹ GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e História. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

²⁰ **DICIONÁRIO HOUAISS da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

cristã-nova. De certa forma, a estratégia criptojudáica foi extremamente bem sucedida em Sergipe, forçando-nos a examinar uma “mensagem criptografada” na história desta localidade. Por outro lado, a dificuldade de reconhecimento desta população de suas origens pode indicar a prevalência da mentalidade católica conservadora no Estado de Sergipe.

Neste sentido, no início do século XX, comentando o governo do presidente Pereira Lobo sobre Sergipe, Ariosvaldo Figueiredo reconhece o descontentamento dos católicos com a liberdade de crença e de culto assegurada pelo governante e afirma: “Isso, à época, não é desimportante, conhecido o sectarismo católico em sua agressiva militância.”²¹

TOPONÍMIA, DECORAÇÃO DE FACHADAS E CULINÁRIA REVELADORAS

Seguindo o exemplo de João F. Dias Medeiros que identificou o avanço dos cristãos-novos pelos sertões paraibano e potiguar através da toponímia²², também podemos encontrar como um primeiro indício da presença remota de cristãos-novos na região de Cedro o nome que foi atribuído ao principal acidente geográfico da região, a Lagoa Salomé.

Ora, entrevistando três antigos moradores de Cedro de São João sobre a razão para a lagoa haver recebido este nome encontramos explicações contraditórias e que evidenciam efetivamente um esclarecimento fictício. Quando foi perguntado ao professor Valdemar Vieira Nunes o porquê do nome da lagoa ser Salomé ele atribuiu o mesmo à influência de uma família protestante que, após a expulsão dos holandeses de Pernambuco, em 1654, colonizou a região.

Segundo o mesmo, esta família, seguindo o costume de atribuir aos seus filhos nomes bíblicos, possuía uma filha chamada Salomé. A partir daí, conforme se percebe por suas palavras, o componente imaginário domina a explicação:

Ficaram por aqui, então uma família ficou nesse alto aí até esse terreno que foi meu, eu vi os restos da casa os restos da telha, e a eles chegaram protestante, protestantismo em mil quinhentos e dezessete. Salomé, porque todo protestante só batiza os filhos com nome bíblico, Salomé é aquela famosa dançarina que pediu a cabeça de João Batista, não é? Então ela queria viver maritalmente com um cacique de uma

²¹ FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989, p. 16. vol. 2

²² MEDEIROS, João F. Dias. **Nos Passos Do Retorno**. Natal: Nordeste gráfica e editora, 2005.

taba que existia aí nos Calumbinho; ela queria viver maritalmente com esse cacique mas o pai não aceitou. Como o pai não aceitou ela morreu afogada na lagoa; aí a lagoa tem o nome de Salomé por essa razão. Outra família se instalou na lagoa nova, os filhos é de seu Inácio que era o holandês; eles chamavam de pai Inácio existe lá uma lagoa, lagoa pai Inácio.²³

A explicação obtida de outra entrevista, desta feita com o senhor Shell, apesar de conter elementos comuns com a do professor Valdemar Vieira Nunes, como a origem holandesa dos primeiros colonizadores, revela elementos ainda mais fabulosos. Senão, veja-se o que o entrevistado falou a respeito:

[...] a nossa lagoa Salomé, que é um dos maiores acidentes naturais do estado de Sergipe, a lagoa Salomé aqui de Cedro de São João, aonde baixaram as margens o povo holandês e também um povo cigano e criou-se a verdade não foi feita, mas se nós sabemos que o nome Salomé foi dado em virtude do falecimento de uma índia da tribo. A mais bonita que tinha, essa índia ela veio junto com esses ciganos faleceu afogada e colocaram o nome de Salomé, depois de um ano ou dois surgiu o nome Salomé dado pelos holandeses que baixaram também desta lagoa [...].²⁴

A versão da memória coletiva se confirma através das palavras do senhor Zé de Mindom, que reforça a explicação essencialmente mítica e deformada. Senão, veja-se:

[...] Chegando aqui uns holandeses fazendo construções trouxeram uma moça entre eles com o nome Salomé e eles não queriam por hipótese nenhuma que eles saíssem um casamento de outra pessoa de outras pessoas assim só queria que casassem eles com eles mesmo, que pertencesse aos holandeses. E a moça amando um rapaz que não era da origem deles, eles pressionaram tanto que ela suicidou-se e foi encontrada morta na lagoa. Agora o importante era que eu soubesse o nome antigo da lagoa, eu só sei até aí, porque meu conhecimento pra cá todo, é lagoa da Salomé. E eles encontrando ela na lagoa morta, afogada na lagoa da Salomé, na lagoa, quando tiraram deram o nome da lagoa, Lagoa da Salomé.

Mais eu li outro dia um trabalho, falei isso até a Shell, de um nosso poeta conhecido como seu Pó, eu tenho até uma [...] pegar até uma crônica que foi feito sobre seu Pó, e colocando o trabalho dele como que a moça a Salomé é descendente de cigano, mas já Zé Manuel me deu a informação que Salomé que foi encontrada morta na lagoa era holandesa.²⁵

²³ Dados da entrevista do professor Valdemar Vieira Nunes. Pesquisa de Campo realizada em Cedro de São João em 13 de Agosto de 2008.

²⁴ Dados da entrevista do senhor Eronildes Francisco da Rocha, seu Shell. Pesquisa de Campo realizada em Cedro de São João em 13 de Agosto de 2008

²⁵ Dados da entrevista do senhor José Francisco da Rocha, seu Zé de Mindom. Pesquisa de Campo realizada em Cedro de São João em 13 de Agosto de 2008.

Na dialética entre a forma do senso comum da memória coletiva e a sua forma científica, a história, é obrigação do historiador eliminar os resíduos do fabuloso ou mitológico.²⁶ O testemunho dos três entrevistados revela nitidamente a coexistência de fatos comprovadamente históricos e soluções imaginárias.

A tese de Felte Bezerra de que os colonizadores da região são de proveniência holandesa é confirmada pelo testemunho da memória coletiva. No entanto, para explicar a origem do nome da lagoa esta recorre a elementos do imaginário popular, gerando diferentes versões. A mulher que teria inspirado o topônimo em alguns momentos é protestante holandesa, também é reconhecida como índia e noutra ocasião como cigana.

A dificuldade se encontra exatamente em reconhecer a origem cristã-nova destes primeiros povoadores. Ora, positivamente atribuir o nome “Salomé” às suas filhas não é prática comum entre protestantes ou índios, apesar de nada impedir que assim o façam. Por outro lado, considerando que a toponímia é um forte indicativo cultural, a designação “Lagoa Salomé” revela um artifício em alguns momentos adotado pelos criptojudeus, ou seja, uma espécie de provocação velada.

Apesar da cidade ser chamada por uma composição de nomes que evoca a árvore abundante na vegetação local e um santo católico (fitotopônimo + hagiotopônimo), demonstrando a devoção ao padroeiro São João Batista, não houve escrúpulos em denominar a lagoa que domina a paisagem local com o nome da mulher que, segundo o relato do Novo Testamento, entorpeceu com sua dança o rei Herodes da Judéia e fez com que o mesmo lhe entregasse em uma bandeja a cabeça de João Batista.

Um indício interessante, colhido também em torno da toponímia, surgiu da entrevista do Sr. Zé de Mindon. Depois de afirmar que o primeiro nome atribuído à localidade por seus fundadores foi “Cural de Cedro”, procurou explicar a designação do povoado quando o mesmo tornou-se vila em 1824²⁷. Em suas palavras:

[...] o primeiro nome que foi dado a essa terra como vila e os nossos contemporâneos da época lutaram para dá o nome de vila, qual o nome cabível, então na época que tinha o governador chamado Olimpio Campos, vindo a Propriá ele foi pressionado, ele foi pressionado pelos políticos de Propriá junto com os de Cedro pra vim a Cedro e dá um título a Cedro, não a Cedro a vila que existia que não tinha nome, aí ele veio de canoa o rio cheio [...]. Sim então eu quero concluir assim, e o padre veio de canoa chegando em um dos portos da Alagoinha, talvez no fundo da residência que eu vivo hoje. As

²⁶ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4 ed. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 535.

²⁷ Cedro de São João foi elevado a vila pela Lei n. 83 de 26 de Outubro de 1824.

mulheres aqui com os costumes delas não tinham casa a não ser de palha ali para baixo, aqui se matava na linguagem minha o boi, a cabra, o porco, as mulheres já eram tratadas (sic) de fato do fato do boi do fato da cabra do fato do porco, e eram lavadeiras de roupa e não tinham condições de se manterem como nós estamos aqui mais ou menos que nós podemos chegar a qualquer parte do mundo vestido e elas coitadas com a falta de conhecimento e a ignorância trouxeram os filhos nus encaixado aqui no quadril uns remelados, outros mijados, outros defecados, outras com o seio de fora porque a roupa não cobria os seios, era aquela camisa de saco, aquela blusa de saco sem botões, uma coisa esquisita. O padre de lá avistou esse movimento, aquele número de pessoas tudo inconveniente de receber um governador e um padre, um padre era hoje pra mim, um padre é igual a mim mesmo talvez eu faço alguma coisa melhor porque eu converso muito com Shell. Ai o padre mandou voltar a canoa imediatamente, chegando em Propriá embarca para Aracaju, pegou um trem e chegando no palácio deu o título a Cedro de um nome Vila dos Porcos [...]²⁸

À primeira vista esta história poderia ser acrescentada no rol do anedotário da memória de senso comum. No entanto, dois aspectos demonstram a procedência da narrativa do depoente. Primeiro, consultando o registro das leis do Estado de Sergipe, encontramos a Lei Nº 422, de Outubro de 1901:



Revoga a Lei nº83 de 26 de outubro de 1824

O Presidente do Estado de Sergipe:

Faço Saber que a Assembléia Legislativa do Estado decretou e eu Sacciono a seguinte Lei:

Artº. 1º Fica revogada a Lei n.83 de 26 de Outubro de 1824, que elevou o povoado do Cedro e outros á Categoria de villa.

Artº. 2º Revogam-se as disposições em contrari.

Palácio do Governo do Estado de Sergipe, em Aracajú, 29 de Outubro de 1901, 13º da Republica.

Pe. Olympio de Souza Campos

Josino Menezes.²⁹

Efetivamente comprova-se a malquerença do padre Olympio de Campos para com Cedro de São João aludida por seu Zé de Mindon. Segundo este, o Presidente do Estado foi praticamente forçado a visitar a Vila e, em chegando ao local, se referiu à mesma como “Vila dos porcos”. Será que o padre Olympio de Campos desconhecia que os ancestrais dos cedrenses eram de origem marrana? Terá sido gratuita sua afirmação de menosprezo?

²⁸ Dados da entrevista do senhor José Francisco da Rocha, seu Zé de Mindon. Pesquisa de Campo realizada em Cedro de São João em 13 de Agosto de 2008.

²⁹ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, APES: Leis e Decretos de Sergipe Cx.07, vol. 04. Constituição do Estado. Leis e Decretos do Anno de 1901 Aracajú Typ. Do **O Estado de Sergipe**, 1903, p.20.

O segundo aspecto que confirma o significado do fato narrado por seu Zé de Mindon pode ser comprovado através de artigo de Fernando Maia, publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em 1961, intitulado “Stalinismo no Brasil Heterogêneo e o Problema das Taras”, onde narra o anti-judaísmo que tomou conta de parte da sociedade sergipana sob o influxo da Ação Integralista Brasileira na década de 1930³⁰.

Sem dúvida, pode-se afirmar que existia, no início do século XX, disseminado entre a população de Sergipe, um preconceito não disfarçado contra pessoas comprovadamente de origem cristã-nova ou judia. É possível aceitar que as ações do padre Olympio de Campos, acima relatadas, não estavam movidas por este sentimento?

Também não seria um resquício desta atitude preconceituosa o hábito sergipano, identificado por Felte Bezerra e comprovado em nossa pesquisa de campo³¹, de qualificar como “ciganos” os cristãos-novos? Ora, o Sr. Zé de Mindon quando questionado a respeito da origem cigana da população de Cedro de São João respondeu:

Não que eu tenho conhecimento, não, aqui teve um homem que se chamava Nilson Cigano, mais não era cigano, porque ele era um trocador de animal, e era o tipo do cigano hoje ele chegava aqui você encontrava ele em Propriá, chegava ta em Propriá chegava em Propriá ele tava em Jabotão era um homem aciganado não era cigano, não era cigano não. Eu não conheço descendente de cigano, a família do Nunes temos Edelina [...] Bejo que vem dessa origem de Antônio Nunes que se é mais alguma coisa [...].³²

A resposta do Sr. Zé de Mindon fornece uma chave para decifrar este enigma da mentalidade sergipana. A expressão “aciganado” corrobora a tese de Felte Bezerra. No dicionário Houaiss da língua portuguesa encontramos; Aciganado: adjetivo, que se aciganou; semelhante a cigano; que tem modos ou hábitos de cigano; uso:pejorativo, tornado manhoso, trapaceiro; velhaco, astuto³³.

³⁰ MAIA, Fernando. Stalinismo no Brasil Heterogêneo e o Problema das Taras. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, vol. XXI, n. 26, p. 109-113, 1961.

³¹ Em nossas leituras sobre a história dos municípios de Sergipe encontramos várias referências e constatamos em pelo menos outros três lugares, Santo Amaro das Brotas, Rosário do Catete e Ribeirópolis, o costume de chamar de “cigano” a indivíduos que deveriam ser identificados como cristãos-novos.

³² Dados da entrevista do senhor José Francisco da Rocha, seu Zé de Mindon. Pesquisa de Campo realizada em Cedro de São João em 13 de Agosto de 2008.

³³ **DICIONÁRIO HOUAISS da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

Por outro lado, também podemos identificar um caso interessante em que um indivíduo sem residência fixa foi tratado como judeu sem o ser. Na revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe³⁴, encontra-se o relato escrito por Zé Corrêia de um evento ocorrido numa igreja de Lagarto onde um padre capuchinho, estrangeiro, em um sermão sobre a morte e paixão de Jesus Cristo fala da “perversidade” do judeu. Na mesma narrativa o autor menciona a existência na cidade de um indivíduo de vida errante, o caboclo Matias que era apelidado de “judeu errante”.³⁵

Além desta prática sergipana em cognominar de “ciganos” às pessoas dedicadas ao comércio ambulante e de “judeu” aos andarilhos, uma simples análise do sobrenome do primitivo colonizador da região, Antonio Nunes, revelaria tratar-se de uma das mais conhecidas famílias de origem cristã-nova. No Dicionário Sefaradi de Sobrenomes, numa lista de 250 (duzentos e cinquenta) sobrenomes sefaradis mais citados, o sobrenome “Nunes” ocupa o 22º (vigésimo segundo) lugar. Este é um fortíssimo indicativo da genuinidade da origem sefaradi ou cristã-nova do sobrenome. As informações completam-se com a explicação da derivação patronímica do sobrenome: Do nome próprio masculino, “Nuno”, espanhol. A documentação pesquisada para estabelecer a legitimidade sefardita do sobrenome encontrou pessoas pertencentes à família “Nunes” sendo referidas nos tribunais da Inquisição de Lisboa, Évora e Coimbra.³⁶

Além da estranha toponímia, “Salomé”, para uma cidade cujo santo padroeiro é São João Batista, da explicação apresentada para o fato da tradição oral atribuir a “ciganos”, precocemente sedentários, a origem do povoado, e do sobrenome genuinamente sefardita do primitivo fundador do povoado, um outro indício da ancestralidade de cristãos-novos judaizantes do povo cedrense se encontra exposto, de forma inconsciente, nas bandeiras³⁷ de janelas e portas e nas platibandas das casas de Cedro de São João.

³⁴ ZÉ CORRÊIA. Vida Alheia. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, vol. XI, n. 16, p. 25-26, 1942.

³⁵ Agradecemos a indicação deste personagem a Paulo Valadares.

³⁶ FAIGUENBOIM, Guilherme; VALADARES, Paulo; CAMPAGNANO, Anna Rosa. (Orgs.). **Dicionário Sefaradi de Sobrenomes**: Inclusive cristãos-novos, conversos, marranos, italianos, berberes e sua história na Espanha, Portugal e Itália. 2 ed. São Paulo: Fraiha, 2004.

³⁷ Segundo o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa bandeira é um “caixilho envidraçado que encima as folhas de portas e janelas, ger. fixo e incorporado à sua estrutura, destinado a proporcionar maior

Sendo um elemento característico da arquitetura das casas populares do Nordeste, a platibanda, parte mais alta da fachada, é um recurso utilizado nas construções com telhados em duas águas e que despejam as chuvas na frente e nos fundos. A utilização de platibandas, para encobrir as calhas e os telhados com uma parede, tornou-se uma exigência dos “códigos de posturas municipais” que foram adotados no Brasil a partir do final do século XIX. Assim, por exigência legal, disseminou-se tanto no litoral quanto no sertão do nordeste este uso.³⁸

O interessante é observar os adornos com que são decoradas as platibandas das casas e prédios públicos pelo Nordeste afora. Especialmente nos prédios públicos são esculpidos símbolos diversos e nos casarios a ornamentação pode funcionar também como um indicativo de distinção. A fotógrafa Anna Mariani viajou pelo Sertão Nordestino, durante as décadas de 1970 e 1980, registrando a fachada de casas populares em dezenas de municípios de 7 (sete) estados e em 1987 lançou um livro com parte deste rico acervo fotográfico.³⁹

Apesar da fotógrafa restringir sua pesquisa às casas populares, é possível perceber a variedade de formas que chegam a decorar as platibandas das casas dos nordestinos. Além de revelarem o gosto dos que adornaram suas casas, as platibandas também guardam um interesse histórico e identitário. No primeiro caso, porque transmitem uma “aparência portuguesa” e, muitas vezes, trazem a data da construção esculpida e, no segundo caso, porque através de signos esculpidos, indicam algo da cultura de seus primeiros proprietários.

Um simples passeio pela cidade de Cedro de São João revela ao observador minimamente atento, com significativa frequência, a presença da Estrela de Davi, chamada também de “magen David”, ou “Signo Salomão” decorando as bandeiras de portas e janelas e também as platibandas das casas construídas no início do século XX.

entrada de luz ou, em portas internas, a iluminar peças da casa sem aberturas para o exterior”. No caso das casas do interior nordestino, as bandeiras são feitas de madeira.

³⁸ CALDAS COSTA, Aline de. “Imaginário e percepção da paisagem pelo artesão: um olhar sobre as esculturas de fachadas com platibandas de Fabrício Küster”. Culturas Populares. Revista Electrónica 5 (julio-diciembre 2007). Disponível em: <<http://www.culturaspopulares.org/textos5/articulos/caldas.htm>>. Acesso em: 20 set. 2008.

³⁹ MARIANI, Anna. **Pinturas e Platibandas**. São Paulo: Mundo Cultural, 1987.

A origem do símbolo é remota e tem sido atribuída ao período das lutas dos judeus contra os romanos no século I da era comum. De um modo geral, é tido como um símbolo de proteção, o escudo de Davi.

Usado pelo sertanejo como símbolo místico de proteção, aparece na obra regionalista de João Guimarães Rosa (1908-1967) e, segundo as tradições herméticas, representa a “síntese dos opostos e a expressão da unidade cósmica, assim como a sua complexidade”.⁴⁰ As lojas simbólicas da Maçonaria também atribuem grande importância a este símbolo.

Mas, o que traz um significado todo especial à presença deste símbolo como decoração nas casas de Cedro de São João, cuja construção datam do início do século XX, é descobrir que o uso da Estrela de Davi como amuleto de proteção foi um costume disseminado entre os cristãos-novos judaizantes pelo menos desde o início do século XVI. David M. Gitlitz, que pesquisou durante 15 (quinze) anos a respeito dos costumes religiosos dos cristãos-novos judaizantes, identificou o uso entre os mesmos deste símbolo como acessório nos rituais de oração.⁴¹

Por outro lado, o fato do símbolo da Estrela de Davi também ter importância na Maçonaria só faz reforçar a ligação do mesmo com os cristãos-novos judaizantes uma vez que Anita Novinsky ao tratar da posição dos cristãos-novos na sociedade baiana na primeira metade do século XVII, afirma:

Mesmo gozando exteriormente de um *status* social semelhante ao do cristão velho e do fidalgo, o cristão novo mantinha uma inquietude interna, produto de sua condição, o que provavelmente terá inclinado muitos dos seus descendentes a se tornarem posteriormente maçons e precursores dos ideais de libertação do Brasil.⁴²

Assim, o símbolo da Estrela de Davi utilizado nas casas de Cedro de São João, mesmo que seja de inspiração maçônica, pode ser interpretado como indício da presença de cristãos-novos judaizantes na origem da população local. Tanto é assim que chama a atenção uma casa localizada defronte da igreja matriz, cuja construção data de 1916, e que ostenta uma estrela de Davi em sua platibanda.

⁴⁰ CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain; Barbault, André. et al. **Dicionário de Símbolos**: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). 5 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1991, p. 812.

⁴¹ GITLITZ, David M. **Secrecy and Deceit**: The religion of the crypto-jews. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2002.

⁴² NOVINSKY, Anita. **Cristãos Novos na Bahia**: A inquisição no Brasil. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 64.

Outros indícios, ligados a costumes do cotidiano e ritos funerários, já bastante mencionados em outros estudos, foram colhidos através das entrevistas. Merece menção apenas dois outros, ligados à culinária. Paulo Valadares já pesquisou a respeito da existência de uma culinária cristã-nova brasileira, a que denominou de “culinária do não”, tendo em vista que permaneceram, para alguns, as proibições de origem bíblica.⁴³ No caso de Cedro de São João, chamou nossa atenção dois elementos centrais da culinária do povoado: A bolacha “sete capas” e a “carne de sol”.

O primeiro alimento, um biscoito salgado popular no Nordeste, pode ser visto como indício a partir do nome que evoca um segredo, algo que deve ser coberto, e também pelo seu significado místico. A carne de sol, durante muito tempo o principal produto da economia cedrense, pode ser percebida como indício a partir da explicação que os nordestinos judaizantes dão para a sua origem: Durante o período colonial, em que os familiares do Santo Ofício poderiam delatá-los,

[...] os marranos, não podendo abater o gado conforme o ritual; cortavam tiras da carne de boi, de preferência da parte de cima, deixando-as bastante salgadas no sol, para que, desta maneira, ficassem isentas de sangue.⁴⁴



www.revistafenix.pro.br

CONCLUSÃO

Classificar teoricamente os elementos culturais herdados dos cristãos-novos judaizantes de um passado distante não é tarefa fácil. Trata-se, com certeza, de um estudo das reminiscências, de longuíssimas continuidades culturais, das quais os seus protagonistas não possuem mais consciência das suas origens. Neste sentido, Luís da Câmara Cascudo, no início da década de 1980, ao comentar a sobrevivência no Nordeste de ritos funerários de origem judaica, esclarece que desde o período colonial passaram-se mais de três séculos com modificações inevitáveis, a perda da explicação do sentido e a adaptação da justificativa, porém, o gesto segue sua existência milenar.⁴⁵

Por outro lado, Peter Burke afirma que os historiadores “estão dedicando cada vez mais atenção aos processos de encontro, contato, interação, troca e hibridização

⁴³ VALADARES, Paulo. Para a Fome do Lobo e do Leão: A ‘Culinária do Não’. **O Boêmio**. Matão, 14 de dezembro de 2007.

⁴⁴ ABRAHAM, Ben. **De Varsóvia a Entebe**. São Paulo: Sherit Hapleita do Brasil, 1991, p. 137.

⁴⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. **Superstição no Brasil**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1985, p. 282.

cultural”⁴⁶. Seria correto classificar como sincretismo ou hibridização à cultura que se formou como estratégia para a sobrevivência dos cristãos-novos?

Em sua análise da religiosidade popular na colônia, quando trata das “irreverências”, como o desrespeito ao crucifixo, que eram cometidas na maioria das vezes por judeus ou cristãos-novos, Laura de Mello e Souza assim analisa este comportamento: “ridicularizavam símbolos, invertiam-nos, negavam-nos e, talvez, procuravam criar uma antiordem dessacralizadora”.⁴⁷ Por sua vez, Anita Novinsky ao concluir sua obra seminal sobre os cristãos novos na Bahia afirma que a síntese da cultura destes é a atitude crítica em relação à religião católica.⁴⁸ Além destes elementos, não podemos esquecer do viés subterrâneo, escondido e disfarçado dos costumes dos cristãos-novos judaizantes.

Assim, neste artigo analisamos alguns indícios da participação decisiva de cristãos-novos judaizantes na origem da população de Cedro de São João, Sergipe. Apesar de nossa pesquisa de campo haver constatado uma série de outros costumes e práticas que normalmente são apresentadas pelos estudiosos do assunto, enfatizamos apenas aquelas que nos pareceram bem peculiares a esta pequena comunidade. Não pensamos que os indícios isolados possam fornecer elementos para concluirmos pela ancestralidade cristã-nova da população de Cedro de São João. Mas, defendemos que o conjunto dos indícios coletados constitui uma forte evidência de que no passado remoto dos cedrenses cristãos-novos judaizantes criptografaram uma mensagem para a posteridade. Cabe aos seus descendentes decifrá-la.

⁴⁶ BURKE, Peter. **Hibridismo Cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2003, p. 16.

⁴⁷ SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Cia. das Letras, 1986, p. 113.

⁴⁸ NOVINSKY, Anita. **Cristãos Novos na Bahia**: A inquisição no Brasil. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 159.